

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GOVERNANÇA DENTRO DOS TERRITÓRIOS
INDÍGENAS: UM PANORAMA A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE TESES E
DISSERTAÇÕES NO BRASIL**

**CLIMATE CHANGE AND GOVERNANCE WITHIN INDIGENOUS TERRITORIES: AN
OVERVIEW BASED ON THE ACADEMIC PRODUCTION OF THESES AND
DISSERTATIONS IN BRAZIL**

**CAMBIOS CLIMÁTICOS Y GOBERNANZA DENTRO DE LOS TERRITORIOS
INDÍGENAS: UNA PANORÁMICA A PARTIR DE LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA DE
TESIS Y DISERTACIONES EN BRASIL**

 10.56238/revgeov16n5-050

Flávia Aparecida Andrade Souza
MSc

Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
E-mail: majtyri@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-2094-3676>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7340940902456748>

Lilian Sagio Cezar
Doutora

Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
E-mail: lsagio@uenf.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8737-9946>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3579465183157792>

Nilo Lima de Azevedo
Doutor

Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
E-mail: azevedo.nilo@uenf.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3059-2441>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8653582069551294>

RESUMO

A partir de revisão sistematizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, esta pesquisa propôs verificar se as pesquisas que abordam as mudanças climáticas e seus diversos desdobramentos, têm considerado as percepções e vivências dos territórios indígenas brasileiros. A análise das categorias, definidas a partir da revisão dos vinte e um trabalhos encontrados, revela um sistema de governança climática que perpetua formas de dominação e poder impostos pelo capitalismo e promove novos mecanismos de controle e exploração sob um discurso socioambiental responsável. O Movimento Indígena se articula como um coletivo que atua em defesa de seus territórios através dos poucos espaços disponibilizados; e encontra nos eventos realizados pelos painéis mundiais de negociações climáticas, oportunidades de reivindicar seus direi. Os povos indígenas têm percepções bem claras a



respeito da atual situação climática planetária, sua cosmologia e conhecimento, são fatores intrinsecamente ligados à sua resistência em aceitar qualquer tipo de financeirização dos recursos naturais, o que é corroborado pelo fracasso na implementação dos projetos de REDD+. O sucesso na implementação de qualquer política pública de mitigação dos efeitos causados pelo excesso de emissão de GEE, em território indígena, passa invariavelmente pelo respeito à autonomia e ao direito do seu povo.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas. Territórios Indígenas. Interdisciplinariedade. Pesquisa Acadêmica.

ABSTRACT

Through a systematic review of the CAPES Theses and Dissertations Catalog, this research aimed to examine whether studies addressing climate change and its various implications have considered the perceptions and experiences within Brazilian indigenous territories. Analysis of categories derived from twenty-one identified works reveals a climate governance system perpetuating forms of domination and power imposed by capitalism, while promoting new mechanisms of control and exploitation under a guise of socio-environmental responsibility. The Indigenous Movement operates as a collective defending their territories within limited available spaces and leverages global climate negotiation panels to assert their rights. Indigenous peoples possess clear perceptions of the current planetary climate situation, intertwined with their cosmology and knowledge, which are inherently linked to their resistance against any financialization of natural resources, as evidenced by the failure of REDD+ projects. Success in implementing any public policy for mitigating effects of excessive greenhouse gas emissions in indigenous territories invariably hinges on respecting their autonomy and rights.

Keywords: Climate Change. Indigenous Territories. Interdisciplinarity. Academic Research.

RESUMEN

A partir de una revisión sistematizada en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES, esta investigación propuso verificar si las investigaciones que abordan el cambio climático y sus diversos desenlaces han considerado las percepciones y vivencias de los territorios indígenas brasileños. El análisis de las categorías, definidas a partir de la revisión de los veintiún trabajos encontrados, revela un sistema de gobernanza climática que perpetúa formas de dominación y poder impuestas por el capitalismo y promueve nuevos mecanismos de control y explotación bajo un discurso socioambiental responsable. El Movimiento Indígena se articula como un colectivo que actúa en defensa de sus territorios a través de los pocos espacios disponibles; y encuentra en los eventos realizados por los paneles mundiales de negociaciones climáticas, oportunidades para reivindicar sus derechos. Los pueblos indígenas tienen percepciones muy claras sobre la actual situación climática planetaria, su cosmología y conocimiento son factores intrínsecamente ligados a su resistencia a aceptar cualquier tipo de financiamiento de los recursos naturales, lo que se corrobora con el fracaso en la implementación de los proyectos de REDD+. El éxito en la implementación de cualquier política pública de mitigación de los efectos causados por el exceso de emisión de GEE en territorio indígena pasa invariablemente por el respeto a la autonomía y al derecho de su pueblo.

Palabras clave: Cambio Climático. Territorios Indígenas. Interdisciplinariedad. Investigación Académica.



1 INTRODUÇÃO

Embora a questão ambiental tenha sido levantada em várias ocasiões ao redor do mundo, como a poluição atmosférica na Bélgica em 1930, a névoa mortífera em Londres em 1952 e o livro "Primavera Silenciosa" de Rachel Carson, publicado em 1962, que alertou sobre o uso de compostos químicos no pós-guerra conforme descrito por Hogan, (2007, pp.16-19), foi somente a partir da década de 1970 que a preocupação efetiva com os rumos do planeta começou a ganhar destaque, a partir das exigências dos usos dos recursos naturais impostas pelo modelo econômico predominante.

Em 1972, um grupo composto por integrantes do mundo acadêmico, político e econômico, denominado o Clube de Roma¹, publicou um relatório "Os Limites do Crescimento" acerca dessa preocupação. Ainda nesse mesmo ano, ocorreu a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, que propôs o Ecodesenvolvimento: uma nova forma de desenvolvimento que busca conciliar economia, meio ambiente e justiça social.

Dentre outras iniciativas que foram sendo tomadas, a comissão mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o relatório nosso futuro comum "Relatório Brundtland" em 1987, onde aparece pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento sustentável (Pott & Estrela, 2017, p. 275). Seguindo esse percurso, nasceu a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – CQNUMC, um tratado internacional resultante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992. Este tratado foi firmado por quase todos os países do mundo e tem como objetivo a diminuição da concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera em níveis tais que evitem a interferência perigosa com o sistema climático.

O Brasil, com o capital ambiental considerado um dos maiores do mundo em estoque florestal e de água potável, se apresenta como um importante ator desde as negociações realizadas durante a 3a. Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP3), realizada em Kyoto, Japão, em 1997, onde um tratado complementar à Convenção resultou no protocolo que definiu metas de redução de emissões para os países desenvolvidos e os que, à época, apresentavam economia em transição para o capitalismo; 84 países assinaram o tratado (Senado Federal, 2024).

Neste contexto internacional de debates e formulação de políticas públicas, o Brasil assumiu crescente protagonismo, culminando na proposição de significativas contribuições.

¹ Fundado em 1968, o Clube de Roma consiste em uma reunião de notáveis onde se discutem temas como economia, política e meio ambiente. Tornou-se mundialmente famoso após a divulgação, em 1972, do relatório "Os Limites do Crescimento", produzido por cientistas do MIT (no Massachusetts Institute of Technology). A partir do relatório, os países ricos, em uma postura neomalthusiana, acusavam os países pobres e em desenvolvimento pela futura escassez de recursos naturais que planeta poderia vivenciar, também devido ao crescimento populacional desses. E, por sua vez, os países pobres defendiam seu direito a crescer e se desenvolverem tal qual fizeram os países ricos por décadas, e acusavam esses pelo consumo e produção em larga escala, que necessitava de muito mais recursos da natureza (Pinto & Alves, 2013).

Em 2009, o país instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), por meio da Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que definiu ações, diretrizes e objetivos do Brasil como um país signatário da CQNUMC.

Todavia, nem a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), nem a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) reconheceram ou definiram estratégias relacionadas à utilização das florestas preservadas, deixando de considerar tais florestas como parte importante na redução de emissão dos gases de efeito estufa.

Essa convenção tampouco definiu como se daria a participação e inclusão da sociedade civil nos resultados das negociações futuras das COPs - Conferências das Partes – encontro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima -CQNUMC (Honorato, 2022, p.59).

A partir de 2007, durante a COP 13, realizada em Bali, na Indonésia, foi incluída oficialmente nos documentos finais desta edição da Conferência a criação do Mecanismo de Compensação de Resultados por Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). A institucionalização desse mecanismo enquanto política socioambiental continuou seu percurso, e em 2010, durante a COP 16, realizada em Cancun, México, ganhou destaque com a criação das “Salvaguardas de Cancun”, um documento que busca garantir que as políticas de REDD+ considerem pontos como a participação dos povos originários.

Com vistas a essa perspectiva, foram criados no Brasil, diversos mecanismos setoriais de políticas ambientais e um deles confere a possibilidade de participação efetiva das comunidades locais nas políticas públicas de governança do clima: a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (CONAREDD+), instituída pelo Decreto n.º 8.576, de 26 de novembro de 2015.

Os povos indígenas são atores importantes nesse contexto, pois constituem predominantemente as populações tradicionais responsáveis pela manutenção dos maiores percentuais de ecossistemas naturais. Consequentemente, são vitais para o nível do estoque de carbono florestal a partir da manutenção das florestas em seus territórios. Destarte, os Territórios Indígenas brasileiros têm se tornado cada vez mais atrativos nas negociações climáticas multilaterais que envolvem a geopolítica mundial. Em face disso, suscitam um olhar acadêmico, especialmente na pesquisa e produção na pós-graduação, com o objetivo de viabilizar prerrogativas científicas que possam fornecer suporte a essas populações em seus territórios.

Nesse sentido, esta pesquisa se propôs a realizar uma revisão sistematizada no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil (Brasil, 2024), com o objetivo de verificar se as pesquisas que abordam as



mudanças climáticas e seus diversos desdobramentos, políticos, biológicos, sociais, entre outros, têm considerado as percepções e vivências dos territórios indígenas brasileiros.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A partir de uma revisão sistematizada, que é definida como uma técnica que propõe a análise de uma questão (Vosgerau & Romanowski, 2014, p.175), um método que tem como base uma questão central bem delimitada para a qual devem existir critérios de exclusão e inclusão de trabalhos a partir de pesquisas com fontes primárias, ou ainda, uma modalidade que utiliza a lógica de um contexto dentro de um grande corpo de documentos, determinando aqueles que servem ou não para avaliação da questão-problema (Galvão & Ricarte, 2019, p.58), realizamos a pesquisa, exclusivamente no CTD da CAPES durante o período de 11 a 26 de abril de 2024, com as diversas possibilidades de combinação entre as expressões e ou palavras-chave² que abordam o tema das mudanças climáticas relacionados às populações indígenas.

Foram utilizadas as expressões: REDD+ (Mecanismo de Compensação de Resultados por Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), Mudança climática, Crédito de Carbono, MBRE (Mercado Brasileiro de Redução de Emissões) juntamente com os termos: Indígena, Povos Indígenas, Populações Indígenas, Povos Originários, Povos da Floresta, Vozes da Floresta e Populações Tradicionais, o resultado da busca retornou 52 (cinquenta e dois) trabalhos (Quadro 1).

Considerando que uma revisão sistematizada também envolve apreciação crítica e síntese da informação selecionada (Sampaio & Mancini, 2007, p.84), um refinanciamento na pesquisa apontou que, no universo dos 52 (cinquenta e dois) trabalhos, apenas 21 (vinte e um) são trabalhos que relacionam os povos indígenas e as questões climáticas sendo então, considerados pertinentes para a análise.

Quadro 1. Levantamento de produções (Teses e Dissertações)

| Combinação de palavras-chave | Número de trabalhos | Grande área de concentração | Área de conhecimento | Área de avaliação |
|---|----------------------|---|---|--|
| Indígena AND "Crédito de carbono" | 02 | Ciências Agrárias - 01 Ciências humanas - 01 | Recursos florestais e engenharia florestal -01 Antropologia - 01 | Ciências Agrárias 1 -01 Antropologia/ Arqueologia - 01 |
| "Indígenas" OR "Povos originários" OR "Povos da floresta" AND (Mudança climática OR REDD OR Crédito de carbono) | 02 | Não continha informação Anterior à Sucupira | Não continha informação | Não continha informação |
| "Indígena" AND "Mudança climática" | 36 (Dos quais 18 são | Multidisciplinar – 12 | Meio ambiente e agrárias – 06 | Interdisciplinar -06 |

² Com o intuito de otimizar a busca combinada com termos simples e/ou compostos, foram aplicados operadores booleanos, "AND" e "OR" e o caractere especial "aspas", conforme orientações oferecidas no portal da CAPES.



| | | | | |
|---|--|---|---|--|
| (no plural ou singular; com e sem aspas = mesmo resultado) | coincidentes com uma primeira pesquisa "Povos indígenas" AND "Mudanças climáticas" | Ciências humanas – 05 Ciências agrárias -04 Ciências sociais aplicadas -04 Ciências biológicas – 03 Engenharias -01 | Ciências ambientais – 05 Antropologia - 02 Ecologia - 02 Recursos Florestais e Engenharia Florestal - 02 | Ciências ambientais – 05 Ciências agrárias I – 04 Biodiversidade – 03 Sociologia - 03 |
| "Indígena" AND "REDD" | 07 | Ciências humanas - 04 Ciências sociais aplicadas -02 Ciências exatas e da terra -01 | Direito -02 Outras sociologias específicas -02 Ciência política – 01 Geociências – 01 Sociologia -01 | Sociologia -03 Direito -02 Geociências -01 Ciência política e relações internacionais - 01 |
| "Populações Indígenas" AND (Mudança climática OR REDD OR Crédito de carbono) | 01 | Não continha informação Anterior à Sucupira | Não continha informação | Não continha informação |
| "Povos originários" AND (Mudança climática OR REDD OR Crédito de carbono) | 00 | | | |
| "Populações tradicionais" AND (Mudança climática OR REDD OR Crédito de carbono) | 03 | Não continha informação Trabalhos anteriores a sucupira | Não continha informação | Não continha informação |
| REDD AND "Vozes da Floresta" | 01 | Ciências Humanas | Política Internacional | Ciência política e relações internacionais |

Fonte: elaborado pelos autores, a partir dos dados encontrados no CTD da Capes (2024).

Ao todo foram descartados trinta e um trabalhos, dos quais: 26 (vinte e seis) por não apresentarem relação direta com o tema da pesquisa; 03 (três) por não terem sido realizados com Povos Indígenas do Brasil; 01(um) trabalho que, embora esteja na plataforma sucupira como concluído, a autora informou que o mesmo ainda não foi enviado e, portanto, não se encontrava disponível no período de busca e 01(um) foi descartado por não ter sido possível nenhum tipo de acesso ao arquivo ou ao autor.

2.1 O QUE O CAMINHO DESVELA

Foram encontrados trabalhos somente desde o ano de 2012 até 2023 (Quadro 2), embora não tenha sido feito um recorte temporal.



Quadro 2. Mapeamento das produções

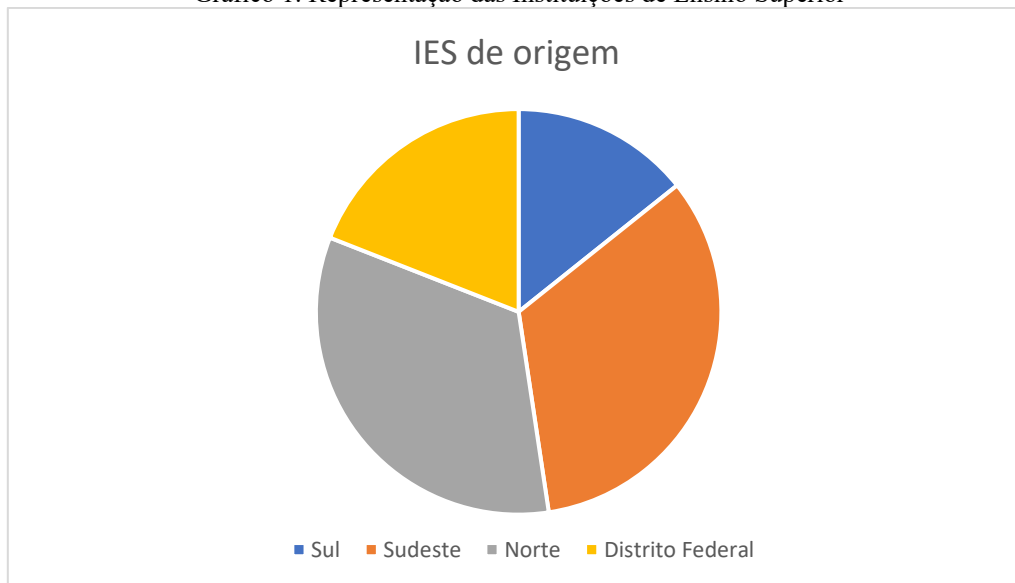
| Ano | Tipo | Autor e Título |
|------|-------------|--|
| 2023 | Dissertação | LOPES, Juliana Chermont Pessoa. Justiça Climática nos tribunais: territórios e litigância climática brasileira. |
| 2023 | Tese | TRONCARELLI, Lia Taruiap. Percepção das mudanças climáticas em populações de pequena escala: mapeamento sistemático da literatura e a perspectiva do povo indígena Khîsêjtê. |
| 2023 | Dissertação | SOUZA, Cláudia de Lima. Relação das variações climáticas regionais com assembleias de vertebrados na Amazônia: perspectivas do monitoramento realizado por pesquisadores indígenas na Bacia do Rio Negro. |
| 2022 | Dissertação | HONORATO, Raí Luís. Vozes da floresta na política climática: um estudo de caso sobre a participação da sociedade civil organizada na Comissão Nacional para REDD+. |
| 2022 | Tese | AVILA CORTÉS, Luisa Gabriela. Apropiación socio-cultural de las políticas globales en contra del cambio climático en pueblos originarios de América Latina: Los casos de los zapotecos de la Sierra Juárez (México) y Paiter Suruí (Brasil). |
| 2022 | Tese | FARIA, Lucas Ferrante de. Mudanças contemporâneas da Amazônia: Impactos sobre povos indígenas, novas dinâmicas epidemiológicas e efeitos climáticos sobre a biodiversidade. |
| 2021 | Dissertação | RAYOL, Clarissa da Silva. O APLICATIVO ALERTA CLIMA INDÍGENA: digitalização das Terras Indígenas à luz da Ecologia da Comunicação. |
| 2021 | Tese | DAVALOS, Nelson Eduardo Bernal. Vulnerabilidade socioambiental e os impactos do reassentamento e dos eventos climáticos extremos sobre o povo indígena Tuxá de Rodelas-Bahia. |
| 2020 | Dissertação | BORTOLOTTI, Fernanda. Participação indígena brasileira na Convenção do Clima: a construção da agenda climática como pauta de luta. |
| 2020 | Tese | FABRI, Adriano. Diálogo intercultural e sustentabilidade: As experiências dos Ashaninka da Floresta amazônica e dos Mapuche da selva valdiviana. |
| 2020 | Dissertação | MICHALSKI RIBEIRO, Heidi. As Mulheres Indígenas na Regulação do Clima da América Latina: caminhos para um Direito ecológico. |
| 2019 | Dissertação | LOUREIRO, Antônio José Cacheado. REDD+: Estudo de caso sobre o Projeto Carbono Suruí do povo Indígena Paiter Suruí de Rondônia. |
| 2019 | Dissertação | LAGO, Maiana Costa do. Percepções sobre as Mudanças Climáticas na Amazônia em Comunidades Ticuna das Terras Indígenas Éware I e Éware II, Alto Solimões-AM. |
| 2018 | Tese | HACON, Vanessa. Governando o clima, florestas e povos indígenas: Poderes transnacionais e território. |
| 2016 | Tese | LOBO, Rodrigo Gomes. Naturezas esfumaçadas: os Tembê e o mercado de crédito de carbono |
| 2016 | Dissertação | MESQUITA, Isabel Rodrigues de. REDD+ Indígena Amazônico e as dinâmicas de atuação política de uma organização indígena. |
| 2015 | Dissertação | BARCELLOS, Luiza Muccillo B. de. A institucionalidade dos fundos indígenas Kayapó e Paiter Suruí: modelos de fundos socioambientais para REDD+ em âmbito local. |
| 2014 | Tese | VITEL, Claudia. Condições de mobilização do mecanismo de mercado REDD+ pelas populações indígenas da Amazônia brasileira e de eficácia ambiental. |
| 2013 | Dissertação | NASCIMENTO, Gerson Cordeiro. O Movimento Indígena na Pan-Amazônia COIAB, COICA e a proposta REDD+ indígena. |
| 2012 | Dissertação | RAMOS, Claudiane de Menezes. Percepções sobre mudanças climáticas entre os Baré no alto Rio Negro. |
| 2012 | Dissertação | PRINTES, Rafaela Biehl. Gestão territorial e ambiental: contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas. |

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do repositório da CAPES (2024).

Os trabalhos encontrados representam pesquisadores de Instituições das Regiões Sul (14,28%), Sudeste (33,34%), Norte (33,34%) e Distrito Federal (19,04%) (Gráfico 1). Também não foram estabelecidos critérios relativos à língua, sendo encontrado um trabalho em espanhol e todos os demais em português. As pesquisas foram realizadas em Territórios Indígenas localizados nas Regiões Norte (61,91%), Nordeste (4,76%), Centro-Oeste (9,52%), e em pesquisas que abrangem todo o Brasil (23,81%), conforme ilustrado na tabela 1.



Gráfico 1. Representação das Instituições de Ensino Superior



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Tabela 1. Territórios Indígenas Pesquisados

| Região | Quantidade | Percentual | Estados |
|--------------|------------|------------|----------------------|
| Norte | 13 | 61,91% | Amazonas; Acre |
| Nordeste | 01 | 4,76% | Bahia |
| Centro-Oeste | 02 | 9,52% | Mato Grosso |
| Brasil | 05 | 23,81% | Abrangência nacional |
| Total | 21 | 100 | |

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Após o levantamento, os dados foram organizados com os seguintes campos: título do trabalho, autores, ano de publicação, instituição, curso/nível de todos os trabalhos. Posteriormente, os trabalhos considerados relevantes para a pesquisa foram sistematizados e categorizados em um banco de dados com os seguintes atributos: informações sobre o trabalho e autores, tema principal, principais categorias, hipóteses/objetivos e conclusões.

Foram identificados os mais diversos campos de estudo e formação dos pesquisadores, que vão desde o Direito às Engenharias, passando por Antropologia, Comunicação Social, Ciências Biológicas e Relações Internacionais, dentre outros; evidenciando o aspecto multi e interdisciplinar do tema em questão. Para termos acesso ao perfil de formação de origem dos pesquisadores, recorreremos à Plataforma *Lattes*³, durante o período de 14 a 17 de junho de 2024.

Tendo feito o trabalho de organização e classificação-indexação, com a pré-análise e a exploração do material, a sequência lógica que se segue é o tratamento dos resultados, com a inferência e interpretação, conforme orienta Bardin ([1977], 2020 p.48;121).

³ A Plataforma *Lattes* constitui uma base integrada de dados de currículos, instituições e grupos de pesquisa sob responsabilidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>.



2.2 CRISE CLIMÁTICA: VÁRIAS “TRIBOS”, POUCAS ETNIAS

Utilizando o conceito de tribos urbanas de Magnani (1992, p.49) pela evocação de um de seus efeitos como metáfora, que é projetar luz de forma contrastante sobre o objeto em destaque, fazemos aqui uma analogia aos diferentes campos de pesquisa, bem como a formação de origem dos pesquisadores que se propuseram a trabalhar a questão climática relacionada aos Territórios Indígenas brasileiros.

Nesse caso, foi possível observar que, a diversidade de áreas não traduz a mesma diversidade em relação ao número de trabalhos ou de territórios pesquisados. Ao contrário, são dezessete programas de pós-graduação e quatorze cursos de graduação de áreas diferentes, para cerca dez povos e Territórios Indígenas (tabela 2), sabendo que atualmente, o Brasil possui quinhentas e vinte e oito Terras Indígenas homologadas (ISA, 2024).

Tabela 2. Distribuição dos programas de pós-graduação, Instituições de Ensino Superior, formação inicial dos pesquisadores e territórios pesquisados.

| IES/PG | Formação de origem (Graduação) / País de origem | Área de abrangência da Pesquisa |
|--|---|--|
| UFPA/ MSc Ciência Política | Ciências Sociais/ Brasil | Amazônia/Transnacional (COIABI, COICA) |
| UNB/DSc/ PPG CDS ⁴ | Sociologia/ Bolívia | Bahia (Povo Tuxá) |
| INPA/ Dsc/ PPG Ecologia | Ciências Biológicas | Povos amazônicos ao longo da rodovia (BR – 319) |
| UFRRJ/ DSc/ PPG CSDAS ⁵ | Jornalismo/ Brasil | Rondônia e Mato Grosso (Paiter Suruí) |
| PUC-Rio/ Msc/ PPG Direito | Direito/ Brasil | Brasil |
| UNESP-UNICAMP-PUC-SP/ MSc/ PPG Relações Internacionais | Relações Internacionais/ Brasil | Brasil |
| UFAM/ MSc/ PPG Zoologia | Ciências Biológicas/ Brasil | Bacia do Rio Negro/ Amazonas (Pesquisadores Indígenas) |
| USP/ DSc/ PPG Ciência Ambiental | Gestão Ambiental/ Brasil | Mato Grosso (Povo Kisedje) |
| UFRS/ MSc/ PPG DR ⁶ | Geografia/ Brasil | Brasil |
| USP/ DSc Antropologia Social | Jornalismo/ Ciências Sociais/ Brasil | Pará e Maranhão (Povo Tembé) |
| INPA/ MSc/ PPG ATM ⁷ | Ciências Biológicas/ Brasil | Alto Solimões/ Amazonas (Povo Ticuna) |
| UFPR/ DSc/ PPG MAD ⁸ | Gestão da Informação/ Ciências Sociais/ Brasil | Acre (Povo Ashanika) |
| UNB/ MSc/ PPG CDS | Engenharia Florestal/ Brasil | Brasil |
| UFPA/ MSc/ PPG Ciência da Comunicação | Secretariado Executivo Trilíngue/ Brasil | Mato Grosso (Povo Kayapó) |
| UFSCar/ MSc/ PPG ADR ⁹ | Ciências Biológicas/ Brasil | Alto Rio Negro/ Amazonas (Povo Baré) |
| UNB/ DSc/ PPG CSECSA ¹⁰ | Antropologia/ México | Rondônia e Mato Grosso (Paiter Suruí) |

⁴ Programa de pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável

⁵ Programa de pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

⁶ Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural

⁷ Programa de pós-graduação em Agricultura no Trópico Úmido

⁸ Programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento

⁹ Programa de pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

¹⁰ Programa de pós-graduação em Ciências Sociais em Estudos Comparados Sobre as Américas



| | | |
|--|---|---------------------------------------|
| UFSC/ MSc Direito | Direito/ Brasil | Brasil (Mulheres/América Latina) |
| UEA/ MSc Direito Ambiental | Direito/ Brasil | Rondônia e Mato Grosso (Paiter Suruí) |
| UFRRJ/ MSc CSDAS | Direito | Rondônia e Mato Grosso (Paiter Suruí) |
| INPA/AGROPARISTECH/ DSc Clima e Meio Ambiente/Gestão Ambiental (Sanduíche) | Tecnologias e Indústrias da Madeira/ França | Rondônia e Mato Grosso (Paiter Suruí) |
| UNB/ MSc CSECSA | Ciências Sociais/ Brasil | Amazônia/Transnacional (COICA) |

Fonte: elaborada pelos autores, a partir da sistematização dos dados levantados (2024).

3 A CATEGORIZAÇÃO DO PENSAMENTO ACADÊMICO

A partir da revisão sistemática das produções acadêmicas disponíveis no CTD da CAPES, a fim de perceber como a questão das mudanças climáticas e seus diversos desdobramentos têm sido pesquisados a partir das percepções e vivências nos territórios indígenas brasileiros, foram identificadas quatro categorias principais que permeiam as conclusões dos estudos analisados: Participação; Justiça Climática e Ambiental; Sustentabilidade e Conhecimento Tradicional; e, Governança e REDD+.

Estas categorias foram escolhidas por serem as mais constantes e relevantes nos contextos discutidos nas dissertações e teses, e porque elas traduzem de forma muito clara os principais desafios enfrentados pelas populações indígenas no contexto das mudanças climáticas.

3.1 PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA

A literatura acadêmica revisada demonstra de forma recorrente a importância, mas também os grandes desafios da participação das populações indígenas nos espaços decisórios nacionais e internacionais onde se formulam e implementam as políticas climáticas. Uma das maiores contribuições da academia é mapear e sistematizar as estratégias utilizadas por lideranças indígenas para garantir seus direitos e influenciar decisões estratégicas, com os recursos críticos que possuem. Exemplo disso é a análise de Bortolotto (2020), que revela como o Movimento Indígena Brasileiro conseguiu incorporar a agenda climática como uma pauta de luta territorial. Para além do movimento indígena brasileiro, segundo Mesquita (2016), os indígenas também se encontram inseridos em movimentos transnacionais e se apropriaram da mesma linguagem empregada pelos interlocutores não indígenas, como estratégia de participação efetiva nas negociações internacionais sobre o clima.

Já Lopes (2023) destaca que lideranças indígenas também se utilizam da estratégia da judicialização para promover pautas e agendas que encontram resistência ou pouco interesse no âmbito legislativo.

Bortolotto (2020) e Honorato (2022) concordam em considerar que houve certo avanço na participação dessas populações tanto na esfera internacional, quanto nos espaços internos de discussão.



No entanto, reconhecem que essa participação tem pouca efetividade nas negociações, já que os movimentos participam apenas como observadores, enquanto os processos de tomadas de decisões permanecem restritos aos órgãos governamentais, o que também é um ponto de destaque de Nascimento (2013).

No entanto, é importante ressaltar ainda que, a construção desse movimento em busca de participação dentro dos espaços de governança climática permitiu que as populações construíssem uma narrativa mais firmemente consolidada em defesa de seus territórios, conforme destacam Bortolotto (2020) e Printes (2012). As autoras salientam a importância do estabelecimento de uma política indigenista de gestão ambiental e territorial - a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI)¹¹ para o fortalecimento desses espaços convergindo ainda mais para a necessidade de inclusão dos direitos territoriais e ambientais dos povos indígenas dentro de qualquer debate sobre mudança climática.

Nesse aspecto, algumas organizações indígenas são destacadas, a COICA¹² (Nascimento, 2013; Mesquita, 2016), a COIAB¹³ (Nascimento, 2013) e a APIB¹⁴ (Bortolotto, 2020; Honorato, 2022) como protagonistas que articulam as demandas junto às comunidades e se utilizam dos espaços como meio de se fazerem reconhecer como sujeitos políticos legítimos na esfera política nacional e internacional.

Por outro lado, MICHALSKI RIBEIRO (2020) traz o crescente protagonismo das mulheres nas discussões das pautas da agenda climática global, assim como a falta de reconhecimento de sua importância ancestral na defesa dos recursos naturais e territoriais, tanto na comunidade internacional, quanto nas esferas locais, muitas vezes sendo ignoradas em suas próprias comunidades de origem.

A participação das populações indígenas na governança climática ainda é restrita a espaços de observação, enquanto as negociações nacionais e internacionais são determinadas pelos interesses políticos e econômicos daqueles capazes de influenciar as ações na esfera governamental.

Contudo, a partir dos trabalhos revisados, é possível inferir que o Movimento indígena segue atuante e tem se fortalecido no intuito de ocupar mais e melhores espaços de discussão e negociação no âmbito da governança climática mundial.

¹¹ A PNGATI se fundamenta no contexto atual em que os espaços de vida indígena contemporâneos passam a se expressar como polígonos delimitados reconhecidos pelo Estado na categoria “Terra Indígena” (Printes, 2012).

¹² Coordenadora de la Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica, que representa 511 povos de 09 países amazônicos (COICA, 2024). É uma organização internacional indígena da Amazônia, que coordena os esforços, sonhos e ideais de nacionalidades, povos e organizações indígenas da bacia amazônica para promover, defender e exercer os direitos de vida como parte integrante da natureza e do universo. Tem como escopo gerar políticas, propostas e ações a nível local, nacional e internacional, dos povos, nacionalidades e organizações indígenas amazônicas (Nascimento, 2013).

¹³ A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) é uma organização que reflete a trajetória do Movimento Indígena e a vontade de tornar as populações indígenas como sua própria interlocutora no diálogo com a sociedade envolvente na apresentação de suas demandas, para a defesa e garantia de seus direitos tornando sua cidadania efetiva (Nascimento, 2013).

¹⁴ A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil é o órgão nacional de articulação política do movimento de povos originários e representa diferentes lideranças e movimentos regionais (Honorato, 2022).



3.2 JUSTIÇA CLIMÁTICA E AMBIENTAL

A justiça climática é um tema abordado com preocupação nos estudos revisados, principalmente sob o aspecto de como as mudanças climáticas podem aprofundar as injustiças ambientais e sociais já vividas e enfrentadas pelas comunidades indígenas. Trabalhos como o de Lopes (2023) e Davalos (2021) discutem como as políticas desenvolvimentistas e as infraestruturas impostas historicamente aumentam a vulnerabilidade dessas populações, que ao invés de imprimirem ao cenário a autonomia e emancipação dessa população, de fato implementam e reproduzem a desigualdade. Lobo (2016) aponta que a vulnerabilidade dessas populações é originada a partir de uma rede de conexões extrativistas que abrange assinaturas de contratos fraudulentos envolvendo acordos territoriais, principalmente no período da ditadura civil-militar, na segunda metade do século XX, fomentando o avanço das fronteiras agropastoris.

Vitel (2014) também aponta que as dificuldades locais encontradas pelos atores socioambientais estão diretamente ligadas ao modelo de desenvolvimento econômico aplicado à Amazônia brasileira, consolidado pelas cadeias agropastoris e do comércio globalizado de madeiras tropicais que concentram poder, capital financeiro e humano.

Numa história mais recente, Faria (2022) aponta o desmonte da legislação ambiental, atrelada ao sucateamento dos órgãos de fiscalização e a facilitação de grandes obras de infraestrutura na Amazônia, que promovem o desmatamento, a expansão da fronteira agrícola para produção de biocombustíveis, utilizando como cortina de fumaça a pandemia por COVID-19, para facilitar a invasão de Terras Indígenas, colocando em risco a biodiversidade e os povos tradicionais residentes dessas áreas.

Além disso, a partir das pesquisas de Lago (2019) e Ramos (2012) é possível perceber que as populações indígenas têm sido forçadas a alterar seu modo de vida e até mesmo a migrar dentro de seus territórios, por conta dos efeitos extremos das mudanças climáticas que modificam o regime das chuvas, alterando, conseqüentemente, a disponibilidade dos recursos naturais necessários à sobrevivência.

Nesse sentido, a litigância climática surge como uma resposta a essas injustiças, oferecendo um meio de enfrentamento político e de garantia de direitos frequentemente negligenciados pelo Estado e sobretudo pelo setor privado, que se move e articula a partir da lógica do lucro.

3.3 SUSTENTABILIDADE e CONHECIMENTO TRADICIONAL

Como foi visto, as comunidades indígenas são as principais responsáveis pela manutenção de vastos ecossistemas das florestas. Assim, os estudos analisados apontam para a importância do conhecimento, da tecnologia tradicional e das práticas sustentáveis dos povos indígenas serem



reconhecidos e legitimados como elementos únicos e indispensáveis para a formulação e implementação de políticas públicas ambientais.

Pesquisas como a de Troncarelli (2023) e Fabri (2020) mostram que o conhecimento tradicional é a base para a adaptação às mudanças climáticas e para a preservação dos ecossistemas. Fabri (2020) e Souza (2023) concordam acerca da importância do conhecimento milenar dos povos originários, que associado às tecnologias modernas deve ser utilizado não somente para adaptação necessárias às mudanças climáticas, mas também como metodologias de análise e diagnóstico dessas variações que a biodiversidade vem sofrendo em decorrência do aumento da temperatura do planeta.

Um importante aspecto da relação entre sustentabilidade, conhecimento tradicional e mudanças climáticas é apresentado por Rayol (2021), quando discute a capacidade dos povos indígenas de ressignificar de uma ferramenta tecnológica, que a princípio tinha a finalidade de digitalizar o território, transformando-o num instrumento de registro cotidiano vinculado a toda a complexidade dos processos do bem viver: os animais, os espíritos, as plantas e todos os componentes abióticos.

As práticas de manejo sustentável, baseadas no conhecimento das populações indígenas, são essenciais para a conservação ambiental e devem ser integradas de forma respeitosa e colaborativa nas políticas públicas, principalmente pelo êxito dos resultados obtidos por essas populações no binômio preservação e exploração.

3.4 GOVERNANÇA E REDD+

A implementação e os desafios do mecanismo REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) são temas discutidos em diversos estudos, talvez como o mais crítico em relação a financeirização do meio ambiente, a sua cooptação pelo setor financeiro/rentista do mercado. Estudos como o de Hacon (2018) e Mesquita (2016) demonstram que embora o REDD+ aparentemente ofereça oportunidades de financiamento para a conservação florestal, ele também pode e vem potencialmente perpetuando formas de controle e dominação sobre os territórios indígenas e ao invés de mitigar, maximizando a exploração mercantil, de forma coordenada e racional, dos territórios das florestas através da internalização da racionalidade do capital.

O Projeto Carbono Suruí, o primeiro projeto de REDD+ implementado em terras indígenas ganhou destaque entre as pesquisas, uma tentativa bem delineada de financeirização dos recursos naturais que gerou muitas expectativas (frustradas), e por fim, mostrou-se frágil no tocante ao cumprimento dos princípios e critérios sociais e ambientais das salvaguardas estabelecidas pela CQNUMC para REDD+ conforme destacam Loureiro (2019) e Barcellos (2015);

Embora as salvaguardas trouxessem menções expressas de obrigatoriedade dos direitos coletivos dos povos indígenas, através do atendimento e observação, no âmbito das iniciativas de REDD+, a legislações domésticas, tratados, convenções e acordos internacionais e outros



instrumentos, especialmente à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU e à Convenção 169 da OIT, as conclusões dos autores Avila Cortés (2022), Loureiro (2019), Hacon (2018) e Barcellos (2015), denotam que estas salvaguardas não deram conta de proteger os povos indígenas de Instituições externas que, sob a justificativa da necessidade de uma governança territorial multilateral para redução dos efeitos da crise climática mundial, invadiram a cosmologia de um povo em seu próprio território.

Lobo (2021) destaca ainda que esses mecanismos de financeirização dos recursos ambientais, são recebidos com desconfiança e vistos como qualquer outro tipo de extrativismo apresentado pelo interlocutor externo, que sempre oferece uma solução para um problema com linguagem e procedimentos desconhecidos pela população local.

A necessidade de salvaguardas e de uma governança que respeite os direitos, o modo de vida e a autonomia das populações indígenas é enfatizada, mostrando que a inclusão dessas comunidades é vital para o sucesso de tais iniciativas e regulação e desmercadorização de um patrimônio coletivo que não deve ser tratado como mercadoria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa foi possível identificar que o tema das mudanças climáticas está representado na base de dados da produção científica oficial de forma diversa e escassa, assim como a interdisciplinaridade foi evidenciada em todas as categorias analisadas durante o processo de revisão dos trabalhos.

É possível afirmar ainda, que a lógica repressora da colonialidade se mantém presente nas relações existentes entre os povos indígenas em seus territórios e toda a rede de interlocução externa construída a fim perpetuar o modelo econômico predominante.

Embora, a atual produção acadêmica em Teses e Dissertações relacionada a mudanças climáticas e povos indígenas seja considerada pequena em relação à importância da temática e ao extenso território nacional constituído de Terras indígenas, a mesma revelou-se muito substancial e fundamentada em demonstrar que o sistema de governança climática atualmente proposto, perpetua as formas de dominação e poder impostos pelo capitalismo, que apenas tem promovido novos mecanismos de controle de terras e exploração dos recursos naturais, sob um discurso socioambiental responsável.

Não obstante, o Movimento Indígena se articula como um coletivo que atua sobretudo, em defesa de seus territórios, através dos poucos espaços disponibilizados; e encontra nos eventos realizados pelos painéis mundiais de negociações sobre as mudanças climáticas, oportunidades de reivindicar seus direitos, embora ainda apenas como observadores dos processos de tomadas de decisões.



Os povos indígenas têm percepções bem claras a respeito da atual situação climática planetária. Sua cosmologia e conhecimento acerca da mesologia e ecologia, são fatores intrinsecamente ligados à sua resistência em aceitar qualquer tipo de financeirização dos recursos naturais, o que é corroborado pelo fracasso na implementação dos projetos de REDD+ em Terras Indígenas.

Finalmente, destaca-se que o sucesso na implementação de qualquer política pública de mitigação dos efeitos causados pelo excesso de emissão de gases de efeito estufa (GEE) em Território Indígena, passa invariavelmente pelo respeito à autonomia, ao modo de viver e aos direitos dos povos indígenas.



REFERÊNCIAS

- AVILA CORTÉS, L. G. Apropiação socio-cultural de las políticas globales en contra del cambio climático en pueblos originarios de América Latina: los casos de los zapotecos de la Sierra Juárez (México) y Paiter Suruí (Brasil). 2022. 250 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.
- BARCELLOS L. A institucionalidade dos Fundos Indígenas Kayapó e Paiter Suruí: possíveis modelos de fundos socioambientais para REDD+ em âmbito local. 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2020.
- BORTOLOTTI, F. Participação indígena brasileira na Convenção do Clima: a construção da agenda climática como pauta de luta. 2020. 189 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- COICA. Coordenadoria das Organizações dos povos Indígenas da Bacia Amazônica. 2024. Disponível em: <https://coicamazonia.org/quienes-somos/>. Acesso em: 01 de julho de 2024.
- DÁVALOS, N. E. B. Vulnerabilidade socioambiental e os impactos do reassentamento e dos eventos climáticos extremos sobre o povo indígena Tuxá de Rodelas-Bahia. 2021. 258 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- FABRI, A. Diálogo intercultural e sustentabilidade: as experiências dos Ashaninka da floresta amazônica e dos Mapuche da selva valdiviana. 2020. Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- FARIA, L. F. de. Mudanças contemporâneas da Amazônia: impactos sobre povos indígenas, novas dinâmicas epidemiológicas e efeitos climáticos sobre a biodiversidade. 2022. 305 p., il Tese (Doutorado em Ecologia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2022.
- GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: filosofia da informação*, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. Doi: 10.21728/logcion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835..> Acesso em: 12 jun. 2024.
- HACON, V. Governando o clima, florestas e povos indígenas: poderes transnacionais e território. 2018. 447f., il Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- HONORATO, R.L. Vozes da floresta na política climática: um estudo de caso sobre a participação da sociedade civil organizada na comissão nacional para REDD+. 2022. 133f., il Dissertação (mestrado em relações internacionais) - UNESP/UNICAMP/PUC/SP, São Paulo, 2022.
- HOGAN, D. J. População e Meio Ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: HOGAN D. J. (Org.) *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, 2007. p.13-49.
- ISA. Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/governo-federal-anuncia-demarcacao-de-duas-terras-indigenas-saiba-quais>. Acesso em: 01 de julho de 2024.

LAGO, M. C. do. Percepções sobre as Mudanças Climáticas na Amazônia em Comunidades Ticuna das Terras Indígenas Éware I e Éware II, Alto Solimões-AM. 2019. 92 f., Dissertação (Mestrado em Agricultura do Trópico Úmido) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2019.

LOBO, R. G. Naturezas esfumaçadas: os Tembé e o mercado de crédito de carbono. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2016.tde-11032016-143051.

LOPES, J. C. P. Justiça Climática nos tribunais: territórios e litigância climática brasileira. 2023. 100f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

LOUREIRO, A. J. C. REDD+: Estudo de caso sobre o Projeto Carbono Suruí do povo Indígena Paiter Suruí de Rondônia. 2019. 122p. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

MAGNANI, J. G. C. Tribos urbanas: metáfora ou categoria? *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), vol 2(2), 1992; p. 48-51. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v2i2p48-51>

MESQUITA, I. R. de. REDD+ indígena amazônico e as dinâmicas de atuação política de uma organização indígena. 2016. 155 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MICHALSKI RIBEIRO, H. As Mulheres Indígenas na Regulação do Clima da América Latina: caminhos para um Direito ecológico. 2020. 155p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

NASCIMENTO, G. C. O Movimento Indígena na Pan-Amazônia COIAB, COICA e a proposta REDD+ indígena. 2013. 151p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *Estudos Avançados*, 31(89), 2017. p. 271–283. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>.

PRINTES, R. B. Gestão territorial e ambiental: contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas. 2012. 252f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RAMOS, C. de M. Percepções sobre mudanças climáticas entre os Baré no alto Rio Negro. 2012. 121f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

RAYOL, C. da S. O aplicativo alerta clima indígena: digitalização das terras Indígenas à luz da ecologia da comunicação. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

SAMPAIO, R.; MANCINI, M. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 11(1), 2007. p. 83–89. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>



SOUZA, C de L. Relação das variações climáticas regionais com assembleias de vertebrados na Amazônia: perspectivas do monitoramento realizado por pesquisadores indígenas na Bacia do Rio Negro. 45f., il Dissertação (Mestrado em Zoologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

TRONCARELLI, L. T. Percepção das mudanças climáticas em populações de pequena escala: mapeamento sistemático da literatura e a perspectiva do povo indígena Khsêjtê. 2023. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/T.106.2023.tde-19072023-160330.

VITEL, C. Condições de mobilização do mecanismo de mercado REDD+ pelas populações indígenas da Amazônia brasileira e de eficácia ambiental. 2014.587f., il Tese (Doutorado em Clima e Ambiente e Ciências Ambientais) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e AGROPARISTECH, Manaus e Paris, 2014.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Revista Diálogo Educacional, 14(41), 165–189. 2014.
<https://doi.org/10.7213/diálogo.educ.14.041.DS08>.

